

Circulação de saberes

Publicações brasileiras sobre mulheres, gênero e feminismos no depósito legal (1960-1999)

Circulation of knowledge: Brazilian publications on women, gender and feminisms in the legal deposit (1960-1999) / Circulación de conocimiento: publicaciones brasileñas sobre mujeres, género y feminismos en el depósito legal (1960-1999)

Maise Caroline Zucco

Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com pós-doutorado em Antropologia Social pela mesma instituição. Professora do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (Ufba)
maisecz@ufba.br

RESUMO

O trabalho buscou investigar as publicações feministas, sobre estudos das mulheres e de gênero, que circularam no Brasil entre as décadas de 1960 e 1990, tomando como base o depósito legal. Esse mecanismo, que assegura a doação de exemplares comercializados no país para a Biblioteca Nacional, serviu de instrumento para refletir sobre os desafios da pesquisa.

Palavras-chave: depósito legal; estudos feministas; circulação do conhecimento.

ABSTRACT

The work sought to investigate the feminist publications on women's and gender studies, which circulated in Brazil between the 1960s and 1990s, based on the legal deposit. This mechanism, which ensures the donation of copies sold in the country to the Biblioteca Nacional, served as an instrument of reflection on the challenges of research.

Keywords: legal deposit; feminist studies; circulation of knowledge.

RESUMEN

El trabajo buscó investigar las publicaciones feministas sobre estudios de mujeres y género, que circularon en Brasil entre los años 1960 y 1990, con base en el depósito legal. Este mecanismo, que garantiza la donación de copias vendidas en el país a la Biblioteca Nacional, sirvió como instrumento para reflexionar sobre los desafíos de la investigación.

Palabras clave: depósito legal; estudios feministas; circulación del conocimiento.

Os arquivos são instâncias que povoam o fazer historiográfico. É sobre esses espaços que nos debruçamos sobre as mais distintas fontes, que encontram no exercício arquivístico sua organização, seleção e salvaguarda. Arquivos religiosos, do poder judiciário, correspondências e registros de matrículas discentes são alguns dos exemplos da natureza das fontes que podem nos levar à escrita de uma dada história, sobre um determinado recorte temporal e espacial. Esses arquivos, mortos ou permanentes, assim como os arquivos ativos ou temporários, registram as memórias institucionais e proporcionam a consulta de documentos de períodos históricos diferentes, que, a partir das discussões sobre a história do tempo presente, ampliam o leque de possibilidades de coleta de fontes (Pinsky, 2018).

Início o debate com a temática do arquivo, pois é a ele atribuída a função de proteção e conservação documentais, mas essa função ocorre também em outras instâncias, como nas bibliotecas. Temos, nessas instituições, o registro dos livros e periódicos disponíveis, bem como das documentações regionais e locais, em alguns casos. São espaços em que encontramos ainda documentos relativos aos empréstimos e circulação dessa bibliografia ou, no caso da Biblioteca Nacional, a arrecadação de todas as publicações comercializadas no país, sejam elas traduções ou versões em língua original.

Esse foi o ponto de partida de minha tese de doutorado, intitulada *Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito de saberes no eixo sul do conhecimento (Brasil e Argentina, 1960-1999)*, defendida no ano de 2014. Em um dos capítulos do trabalho, identifiquei as publicações de autoras, fora do Norte global, que possuem materiais cadastrados na Biblioteca Nacional, considerando as normativas de obrigatoriedade de doação de livros comercializados para a instituição, ação nominada depósito legal (Zucco, 2014).

Nesse sentido, não pretendo estabelecer um exercício de identificação e nomeação desse material – embora ele conseqüentemente ocorra –, mas uma análise dos trabalhos nacionais encontrados, discutindo os desafios na construção de uma história da produção do conhecimento ligada ao campo dos estudos feministas, de gênero e da história das mulheres, tomando como base o depósito legal. Esse mecanismo foi um dos instrumentos encontrados para a realização da pesquisa que, como qualquer fonte, precisa ser confrontada e não tomada como um dado conclusivo.

O recorte temporal da pesquisa foi extenso, da década de 1960 a 1999, e compreendeu o depósito legal tanto no Brasil como na Argentina. Os

mecanismos de busca on-line pelos materiais nos acervos impulsionaram a análise das descontinuidades que visibilizariam características dessa circulação, focada em um campo determinado do conhecimento, assim como a identificação dessa produção centrada em países latino-americanos ou do Sul global.

Como resultado dessa etapa investigativa brasileira, realizada na Biblioteca Nacional, foi possível identificar um considerável aumento no número de publicações com o passar das décadas. Na década de 1960, não foi encontrado nenhum registro de publicação dentro do recorte temático, embora seja grande o número de livros sem registro de data na busca realizada (um total de 25 obras). Na década de 1970, há o registro de 11 livros; na década de 1980, essa quantidade sobe para 65. De forma semelhante ao depósito legal de publicações do campo feminista argentino, no Brasil, uma grande quantidade de livros é verificada durante a década de 1990, quando a Biblioteca Nacional registrou 142 livros na temática. Esses números corroboram a ideia de que o aumento de publicações nesse campo do saber está mais associado à consolidação dos estudos de gênero nas universidades do que às barreiras impostas pela ditadura civil-militar, uma vez que cada país passou por regimes ditatoriais em anos distintos.

Entender as dificuldades presentes nesse processo investigativo nos mostra a fragilidade dos números absolutos que uma pesquisa pode trazer. Essa é a primeira problematização empreendida neste artigo.

Desafios do depósito legal

A aproximação com a discussão sobre o depósito legal se deu a partir da busca por registros das publicações feministas e sobre mulheres no Brasil ao longo das décadas. Inicialmente, foram consultados catálogos de editoras, mas as trajetórias, reorganizações e fechamentos dessas entidades resultaram em um registro descontínuo de dados e na parcialidade na coleta das informações. Alguns questionamentos foram pontos de partida para o empreendimento desse levantamento, como qual é o volume quantitativo de publicações nacionais e internacionais na temática, acessível no Brasil; quais materiais foram traduzidos, publicados ou comercializados em língua original; o que estava circulando em diferentes épocas no país, considerando os interesses do mercado editorial. Essas informações estariam, em tese, no levantamento dos espaços que salvaguardam o depósito legal e, assim, a pesquisa se voltou para determinadas instituições.

Conforme definição da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o depósito legal é uma obrigação, estabelecida por lei, a partir da qual toda entidade, pública ou privada, e toda pessoa que produza qualquer tipo de documentação, reproduzida de forma múltipla, deve depositar um ou mais exemplares em uma instituição nacional reconhecida; e é por meio da IFLA (Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias) que o depósito legal é definido. As discussões em torno do tema no mundo datam da segunda metade da década de 1970. Com a realização de congressos, houve ampliação do debate, culminando na publicação da *Legislação para o depósito legal: diretrizes*, em 2000 (Larivière, 2000, p. 3), servindo tanto como instrumento de orientação para países que não possuíam leis sobre o depósito legal, como para aqueles que gostariam de atualizar suas normativas.

Mesmo frente aos parâmetros internacionais, a regulamentação do depósito legal acontece de forma específica em cada país. Nesse sentido, não há um padrão sobre a instituição em que as publicações devem ser depositadas e a quantidade de exemplares que deverão ser doados para esse fim. A variedade ainda se encontra nos dispositivos legais, pois, no Canadá e Nigéria, as leis que incidem sobre o depósito legal estão vinculadas às disposições sobre as bibliotecas nacionais e, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, estão ligadas aos direitos autorais, por exemplo. O modelo mais adotado no mundo é o estabelecimento de uma lei específica para o depósito legal. Apenas na Holanda não há a obrigatoriedade de doação, esta ocorrendo de forma voluntária, o que, nem por isso, tornou o sistema de depósito legal no país insatisfatório (Uribe; Steenkist, 2005, p. 8).

No Brasil, o depósito legal é regido pela lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004. Na norma, além da exigência da doação de um ou mais exemplares produzidos nacionalmente, qualquer obra estrangeira que trazer alguma indicação do editor ou da instituição que irá comercializá-la no Brasil deve ser doada, sendo de responsabilidade dos impressores essa atividade, com a certificação das autoras e autores, bem como das pessoas responsáveis pela editoração, no prazo de trinta dias após a publicação da obra. Todo material coletado através desse dispositivo fica salvaguardado na Biblioteca Nacional, que o disponibiliza para consultas e é receptora dos valores correspondentes às multas pagas pela não realização do depósito legal.

As normativas nos mostram o interesse em assegurar de forma legal que o depósito seja realizado e que os materiais publicados sejam preservados sob domínio público, mas é fato que, nem nos dias de hoje, com o acesso à informação através da internet, a lei é amplamente conhecida.

Algumas avaliações sobre a efetividade desse mecanismo de coleta foram empreendidas, como o trabalho de Vera Lúcia Maia Lellis, realizado em 1989, que identifica uma contribuição diferenciada entre as editoras comerciais e as editoras oficiais: entre os anos de 1980 e 1987, editoras comerciais contribuíram com 86,48% de sua produção, enquanto as oficiais, com apenas 13,52% (Lellis, 1989, p. 205-218). Já na avaliação realizada por Luciana Grings e Stela Pacheco, em 2010, as autoras sinalizam que o recebimento de 150 exemplares por dia e a baixa quantidade de pessoas nessa função dificultavam a cobrança e a divulgação das leis, bem como o impacto dos altos custos de postagem na arrecadação (Grings; Pacheco, 2010, p. 84). Luciana Grings, em texto escrito para a revista *Bibliotheca Cultural Informativa*, ainda pontua que, nos anos de 2015 e 2016, foram recebidas mais de 78 mil peças a cada ano (entre periódicos, material sonoro, iconográfico, cartográfico etc.); dessas, 28 mil eram livros (Grings, 2017). Ou seja, num ranking do depósito legal de 2004, o Brasil estava na décima primeira posição de arrecadação, coletando pouco mais da metade do que é comercializado e circulado no país, um número considerado médio pelas(os) especialistas na área (Bazán, 2004, p. 3).

Nesse sentido, em que medida poderíamos considerar o depósito legal um instrumento de identificação dos materiais que foram comercializados e circularam pelo Brasil, no que tange especificamente à produção bibliográfica do campo dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e de gênero? Seria um mecanismo confiável de identificação da produção bibliográfica nacional? Poderia nos trazer informações confiáveis sobre as bibliografias estrangeiras e as traduções que tiveram espaço no mercado editorial brasileiro, no que se refere aos estudos ligados às mulheres e às relações de gênero?

Ao estabelecer esse exercício de crítica dos instrumentos de pesquisa, das seleções dos processos investigativos, assumimos a parcialidade das narrativas historiográficas e as armadilhas na produção de resultados quantitativos das pesquisas. Reconhecer essas armadilhas não é um movimento de descredibilização ou invalidação do que foi feito, mas de honestidade diante da posição desse saber e do reconhecimento de seus limites. Traz-nos a importância do confronto entre distintas fontes, que deve ser adotado independentemente da sua natureza.

Dessa forma, talvez o depósito legal nos traga muito mais referências bibliográficas atravessadas pelo interesse e conhecimento das pessoas diante da doação das publicações do que seja uma fonte sobre o que circulou no país em uma determinada temática. Essa doação ainda pode estar mediada pelo que foi considerado relevante pelas editoras, seja por

aspectos mercadológicos, seja pelos temas e sujeitos presentes nesses debates. São essas preocupações que proporcionam outro olhar para essas fontes e uma releitura desse material.

Mulheres, feminismos e gênero: quem faz parte do depósito legal?

Os trabalhos que analiso são materiais cadastrados como livros no catálogo da Biblioteca Nacional e respondem à pesquisa pelas palavras-chave: feminismo(s), feminista(s), estudos de gênero e gênero. Inicialmente, foram realizadas uma busca on-line e visitas à instituição para acesso ao material. Alguns trabalhos que estavam em língua estrangeira foram identificados como dissertações encadernadas em espiral, sendo retirados dessa catalogação. Essa exclusão ocorreu considerando que esses materiais não passaram pela seleção das editoras, nem eram destinados à ampla comercialização. Nesse sentido, não estariam associados à ideia de circulação nacional e trânsito desses conhecimentos, embora sirvam como instrumento para a avaliação do depósito legal.¹

Apenas a título de apresentação do que foi identificado na pesquisa mais ampla, dos livros encontrados nessas três décadas (pois não foram encontradas publicações de 1960), 66 deles eram traduções, sendo que, delas, apenas três de origem latino-americana. Da Europa, foram encontrados 32 livros traduzidos, 13 originalmente franceses. Tanto no Brasil como na Argentina, o maior número de traduções encontradas no catálogo foi estadunidense, num total de 28 obras. Na Argentina, o número de publicações europeias foi alto, com ênfase na Espanha, o que sinaliza a proximidade da língua como uma característica a ser considerada no processo de circulação de publicações. Contudo, essa lógica não se aplica quando tratamos da Biblioteca Nacional do Brasil. Não temos mais material português arrecadado pelo depósito por conta da familiaridade da língua.

Durante as décadas de 1960 a 1990, encontramos entre duas e três publicações diferentes, latino-americanas, sendo incorporadas à salvaguarda nacional de publicações. Entretanto, na década de 1980, identificamos pelo menos três edições do livro de Domitila Barrios de Chungara, *Se me deixam falar: depoimento de uma mineira boliviana* (1984, 1986 e 1987), figura que visibilizou a situação das pessoas trabalhadoras da mineração

¹ Importante destacar que há uma série de opções metodológicas impostas à classificação das informações coletadas que não estão descritas aqui, mas encontram-se em minha tese de doutorado.

na Bolívia e levantou a voz contra as ditaduras em seu país. Com base na mudança do número de publicações no acervo da Biblioteca Nacional durante as referidas décadas e o aumento na arrecadação de exemplares durante os anos 1990, não podemos observar um crescimento que se reflita também no número de publicações do Sul global. Ou seja, não há um aumento de publicações latino-americanas, que discutam temáticas relativas às mulheres ou aos feminismos, encontradas nos últimos anos da pesquisa, que seja proporcional ao crescimento da arrecadação na área.

Estabelecendo pontes entre o material encontrado e as discussões teóricas do campo dos estudos de gênero sobre as migrações dos conhecimentos nos eixos globais, Claudia de Lima Costa identifica que textos viajam a partir de um visto que privilegia os grandes centros, produções geralmente de autoras e autores brancos, em um fluxo que se desloca do “primeiro” para o “terceiro mundo” (Costa, 2000). Em acréscimo, representam traduções, que são traições² culturais, atravessando fronteiras e aportando em contextos diferenciados, muitas vezes se despolitizando. Nessa lógica, as grandes teorias, abstratas, produzidas em territórios hegemônicos academicamente, possuem uma transitoriedade espacial maior e fundamentam estudos dos mais diferentes contextos mundiais. O conhecimento desse Sul global, tomado muitas vezes como subalterno, faz uso dessa produção teórica para analisar sua realidade, sendo atribuída a outros atores a expectativa acadêmico-reflexiva de produção de conhecimento ligada a estudos de caso (Costa, 2003).

Nessa reflexão, podemos ainda considerar as análises epistêmicas mais amplas. A concepção de ciência moderna, que atravessa a historicidade da produção do conhecimento científico, produziu o apagamento de sujeitos e fez uma seleção dos seus sucessos. A crise dessa modernidade está associada à impossibilidade de previsão e domesticação dos padrões científicos, bem como ao reconhecimento da existência de outros saberes opostos por parte das ciências humanas. Dessa forma, os saberes locais, os exercícios etnográficos, superam a colonialidade da produção do conhecimento moderno e evidenciam a população indígena, quilombola, as mulheres e tantos outros sujeitos que estiveram fora do centro de interesse. Mais contemporaneamente, ainda podemos dizer que saem do patamar de “estudos sobre os sujeitos” para assumirem os protagonismos

2 O termo traição é utilizado em discussões no campo da tradução ao problematizar os atravessamentos culturais dos textos. Traduzir para outra língua é tornar inteligível e atribuir significado em outro território e contexto, ocorrendo distanciamento do sentido literal das palavras em sua língua materna, ou ainda a criação de outros termos.

dos estudos sobre suas realidades, se tornando um campo de “estudos dos sujeitos sobre si”.

Nelly Richard, em *Experiência e representação: o feminino, o latino-americano*, afirma que a teoria é a ferramenta do feminismo para transformar os sistemas dominantes, mas a noção de experiência – defendida pelo feminismo latino-americano – vai contra a “abstração neutralizante do saber” (Richard, 2002, p. 145). É a partir do conceito de experiência que, segundo a autora, é possível lutar contra a cientificidade do saber objetivo em prol de um lugar específico da enunciação, situado, e que designa processos de atuação. Em oposição à concepção moderna, haveria um sentido socialmente posicionado dos conhecimentos produzidos, antagonico aos exercícios científicos tomados como universais, que tratam de lugares e tempos determinados, de sujeitos sem identidade, mas que só o podem fazer por representarem as normatividades étnico-raciais, de gênero, sexualidade, entre outras. As relações de poder permeiam as produções do conhecimento, que definem as temáticas relevantes, validadas pelo campo acadêmico, as correlações territoriais e culturais, entre outros elementos. Temos também nessas comparações internacionais as disparidades de circulação de conhecimento de acordo com os espaços territoriais nos quais esse saber é produzido.

Abordando o Brasil, as conexões entre as distintas regiões do país, a historicidade dos grupos de pesquisa sobre as mulheres, feminismos e relações gênero e a própria história das universidades podem subsidiar esse debate sobre os elementos quantitativos da arrecadação de livros via depósito legal. Dessa forma, podemos entender a produção de um dado campo do conhecimento nacionalmente.

Regionalidades e o campo dos estudos feministas e de gênero

Na Biblioteca Nacional, dos 218 livros encontrados, 175 são editados em localidades brasileiras.³ Desses, a grande maioria situa-se no Sudeste do

³ Publicações nacionais encontradas na Biblioteca Nacional (1960-1999) por localidade e quantidade de publicações: Aparecida (SP), 2; Araraquara (SP), 1; Bauru (SP), 1; Belém (PA), 1; Belo Horizonte (MG), 2; Brasília (DF), 5; Campinas (SP), 1; Curitiba (PR), 1; Florianópolis (SC), 5; Fortaleza (CE), 2; Goiânia (GO), 1; João Pessoa (PB), 1; Maceió (AL), 3; Niterói (RJ), 2; Pelotas (RS), 1; Petrópolis (RJ), 12; Porto Alegre (RS), 4. publicação com edição no Rio de Janeiro e em São Paulo, 1; publicação conjunta entre Brasília e Rio de Janeiro, 1; publicação conjunta entre Brasília e São Paulo, 3; publicação conjunta entre Madri e Rio de Janeiro, 2; publicação conjunta entre Rio de Janeiro e São Paulo, 4; Recife (PE), 3; Rio de Janeiro (RJ), 47; Salvador (BA), 2; São Bernardo do Campo (SP), 1; São Leopoldo (RS), 2; São Paulo (SP), 63; Seropédica (RJ), 1. Total: 175.

Brasil, sendo que os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, juntos, representam 62,85% do depósito legal nesse tema, nas três décadas estudadas. As demais regiões do país possuem números consideravelmente baixos. Somando as publicações do Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do Brasil, elas representam pouco menos de 15% de todo o material encontrado.

Da capital brasileira, foram identificados cinco livros; um da região Centro-Oeste (Goiânia); um da região Norte (Belém); 11 do Nordeste (João Pessoa, um; Fortaleza, dois; Salvador, dois; Maceió, três e Recife, três) e 13 da região Sul (Curitiba, um; Pelotas, um; São Leopoldo, dois; Porto Alegre, quatro e Florianópolis, cinco). Assim, as demais localidades brasileiras reúnem um total de 31 publicações frente às 136 do Sudeste do país.

A centralidade de livros em uma determinada localidade acontece tanto no Brasil como na Argentina, pois, enquanto no caso brasileiro Rio de Janeiro e São Paulo representam o maior montante de livros, no caso argentino, as publicações feministas e de estudos de gênero estão centradas em Buenos Aires, o que reflete os polos das grandes editoras nos dois países, não necessariamente situadas em suas capitais.⁴

As parcerias de localidades nacionais na editoração de livros encontram-se localizadas na capital brasileira, Brasília, na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro, além de duas publicações do Rio de Janeiro com a cidade de Madri, na Espanha. Essas junções resultam em um total de 11 livros que demonstram a expressividade da região Sudeste do país na produção de publicações sobre os estudos de gênero e feminismo.

Conectando o atravessamento temporal da pesquisa com a conjuntura do Brasil, torna-se relevante identificar as atividades de censura, referentes à ditadura civil-militar de 1964. O prédio do Departamento Federal de Segurança Pública em Brasília, o qual sediaria o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), foi inaugurado em 1965 e, com a nova Constituição, dois anos depois, as atividades de repressão foram centralizadas no governo federal. O Ato Institucional número 5 manteve o status centralizador e enrijeceu a censura. Em jornais como *O Estado de São Paulo*, censores passaram a ocupar espaço na redação, o que, em contrapartida, gerou a formação de outro nicho na comunicação: a imprensa alternativa, também chamada imprensa nanica, que não fugiu a essa dinâmica (Reimão, 2011, p. 19-29). Os anos de maior repressão aos

4. A comparação entre países, aqui apresentada, foi discutida de forma mais ampla em minha tese de doutorado.

meios culturais foram de 1968 a 1972 e durante o governo Geisel (1974-1979). Contudo, ela não atuou da mesma forma quanto aos periódicos, aos livros, aos filmes e às peças de teatro, por exemplo. Enquanto revistas e jornais já estavam sendo liberados da censura, ela foi reforçada em relação aos livros e outras atividades culturais (Reimão, 2011, p. 56-57).

A crise econômica que vigorava no Brasil em 1982 afetou diretamente o mercado editorial, o que não resultou em queda no mercado consumidor livreiro. A partir de 1984, houve uma ascensão das vendas, uma vez que a leitura representava uma atividade de lazer com baixos custos diante desse momento de recessão. A crise do Plano Cruzado⁵ e o bloqueio das contas bancárias durante o governo de Fernando Collor de Mello, no entanto, representaram momentos difíceis para as editoras, que desaceleraram lançamentos e, na época, eram más pagadoras dos direitos autorais. A situação muda apenas em fins da primeira metade da década de 1990, com o Plano Real, que durante o governo de Itamar Franco buscou a estabilização das reformas econômicas, o que influenciou o campo editorial. É importante destacar que os resquícios da censura no Brasil, edificada na conjuntura da ditadura civil-militar da década de 1960, ainda existiam estruturalmente, e, somente na gestão de Fernando Henrique Cardoso, o Conselho Superior de Defesa da Liberdade de Criação e Expressão seria fechado, através de um decreto, em 1995 (Hallewell, 2005, p. 538-709).

Acrescida à trajetória dos problemas econômicos e à estabilização do mercado editorial até a década de 1990, temos a história do campo dos estudos de mulheres, feministas e de gênero no Brasil. Se as discussões, que se iniciaram nos espaços acadêmicos no final de década de 1960, trabalhavam com o termo “mulher”, em períodos subsequentes, o debate foi aprofundado com a crítica a uma ideia de “condição feminina” e a utilização do termo “mulheres”, que reconheceu a pluralidade identitária inerente a esses estudos. Sob influência das discussões internacionais, foi a partir da década de 1980 que a utilização do termo passou a ser substituída, gradativamente, por “gênero”. Essa nova perspectiva de abordagem eliminou o determinismo biológico enraizado na utilização de termos como “sexo” ou “diferença sexual”, considerando a construção cultural e social. Com a proposta de gênero, os homens assumiram espaço no campo de estudos, já que este não se pautava no enfoque dos

⁵ Primeiro plano econômico pós-ditadura militar, iniciado no ano de 1986, no governo de José Sarney.

indivíduos femininos, mas sim nas condições sociais e nas relações estabelecidas entre eles (Heilborn, 1999, p. 4).

O conceito de gênero, produto de discussões acadêmicas feministas, passou a ser incorporado nas reflexões no exterior e foi apropriado e traduzido para o contexto brasileiro. Como os termos “feminismo” e “teorias feministas” eram associados à ideia de militância, foi através da utilização do termo “estudos de gênero” que as acadêmicas brasileiras se ajustaram às formalidades exigidas pelas instituições científicas, conquistando um espaço seguro nesse meio, além de um lugar de sofisticação teórica dentro do “gueto” que representavam os “estudos da mulher” (Costa, 1998, p. 134-135).

A Fundação Ford impulsionou esse campo de estudos, identificando no Brasil, desde a década de 1970, um território para o desenvolvimento de pesquisas ligadas aos seus interesses. Com o objetivo intervencionista diante das políticas públicas e atuando nas desigualdades sociais, a fundação buscou investir nesse campo de pesquisa, tendo em vista a importância das mulheres no processo de modernização dos países. Esse momento de efervescência dos feminismos coadunava com a construção de novos modelos familiares e de feminilidade, que poderiam proporcionar o controle populacional (Heilborn, 1999, p. 5-6).

Devido à estrutura institucional consolidada no país, a Fundação Carlos Chagas assumiu a administração financeira dos recursos da Fundação Ford, ofertando bolsas de pesquisas. Esse movimento promoveu o crescimento dos estudos no Brasil em um período em que o campo estava em construção. A materialização do interesse dentro da Fundação Carlos Chagas pelos estudos de gênero ocorreu na década de 1970, com a criação do Coletivo de Pesquisa sobre a Mulher. Em 1978, foi formulada a proposta do Programa de Estudos sobre a Mulher, Educação e Trabalho, composto por profissionais como Carmem Barroso. Posteriormente, outros projetos foram consolidados, e os recursos cresceram (Sorj, 2004, p. 120). Iniciou-se, assim, um movimento de expansão das pesquisas diante do incentivo promovido pelos recursos internacionais e em meio aos debates do que seria nomeado posteriormente segunda e terceira ondas feministas no Brasil. Novos núcleos de pesquisa foram criados e até hoje temos a ampliação do debate nas mais distintas áreas do conhecimento.

Voltando aos números do depósito legal, esse elemento referente ao crescimento do campo de estudos, que poderia representar um aumento nas produções da área, possivelmente foi minado pela crise, no mesmo período, ocorrida nas vendas de livros científicos como os de sociologia, medicina, entre outros (Hallewell, 2005, p. 538-709). Nesse sentido,

mesmo diante do crescimento dessas produções, os problemas que o mercado enfrentava podem ter influenciado na disparidade existente entre as décadas aqui analisadas, quando se trata dos livros que foram publicados e enviados à Biblioteca Nacional.

Pensando nas características dessas publicações por região, em Goiânia, a única publicação encontrada é de 1996, sem identificação de autoria, com o título *Estudos de gênero*,⁶ publicada pela Universidade Católica de Goiás; e, em Belém, a segunda região com apenas um registro, o livro encontrado é de 1997, intitulado *Desafios de identidade: espaço tempo de mulher*, de Maria Luiza Miranda Álvares e Eunice Ferreira dos Santos. As autoras, ambas professoras da Universidade Federal do Pará, organizaram o livro como resultado do V Encontro Rede Regional Norte-Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero (Redor). Assim, é uma coletânea de trabalhos sobre especificidades das duas regiões brasileiras.

As publicações comercializadas por editoras do Sul do Brasil foram, em sua maioria, das cidades de Florianópolis e de Porto Alegre. Na primeira das capitais, identificamos apenas uma publicação na década de 1980, *A sagrada família: a questão do gênero em famílias católicas* (1987), de Maria Regina Azevedo Lisboa, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que trabalha na área dos estudos de gênero e religião. Além da publicação já mencionada e de outra de uma professora da mesma instituição, Luzinete Simões Minella, *Gênero e saúde reprodutiva* (1999), os demais registros são da Editora Mulheres. Fundada em 1995 por docentes aposentadas da UFSC, Zahidé Lupinacci Muzart, Elvira Sponholz e Susana Funck, a editora possui uma trajetória na publicação de escritoras e seus romances, poesias, coletâneas ou traduções. Em artigo na *Revista Estudos Feministas*, Zahidé se refere aos desafios editoriais e aponta que o livro mais vendido pela editora foi *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*, organizado por Joana Maria Pedro e Miriam Pillar Grossi, disponível no acervo da Biblioteca Nacional (Muzart, 2004). Com a edição de cerca de 90 livros, não encontramos uma parcela considerável da diversidade da Editora Mulheres no acervo pesquisado. Nesse sentido, a grande vendagem de determinadas publicações pode ter sido o critério de envio para a Biblioteca Nacional.

⁶ Sem informações adicionais sobre a publicação, como a autoria, não foi possível o acesso ao livro.

Nas publicações de Porto Alegre, além de trabalhos de profissionais que atuam no campo acadêmico, como os de Carmem Hein de Campos, *Criminologia feminista* (1999), e de Dionysia Bono Lemieszek, *A mulher na história* (1997), encontramos uma tradução para o português de *A conscientização da mulher no mundo do homem* (1983), de Sheila Rowbotham. Uma vez que a Editora Mulheres passou a funcionar efetivamente em 1996, essa pode ter sido a primeira tradução do campo dos estudos feministas publicada por uma editora do Sul do Brasil.

No Nordeste, o maior número de publicações é de Maceió, duas delas sem identificação de autoria, e uma intitulada *Lily Lages, médica, feminista, deputada, literata: biografia*, de Solange Lages, professora da Universidade Federal do Piauí. As três publicações de editoras de Recife encontradas foram *Ser ou não ser feminista* (1981), de Ana Montenegro;⁷ *Martha de Hollanda: feminismo e feminilidade* (1984), de Cristina Inojosa; e *Ideias e dinâmicas para trabalhar com gênero* (1999), de Ana Paula Portella. Este último foi lançado pelo SOS Corpo – Instituto Feminista pela Democracia, organização da sociedade civil, fundada em 1981. Embora sua criação seja datada da década de 1980, é a partir dos anos 2000 que encontramos seu material organizado no endereço eletrônico da instituição, não sendo possível identificar se outros materiais poderiam ser doados ao depósito legal.

Em Salvador, as duas publicações encontradas são de pesquisadoras ligadas à Universidade Federal da Bahia: *Violência e ideologia feminista na obra de Clarice Lispector* (1999), de Raimunda Bedasee, e *Metamorfoses: gênero na perspectiva interdisciplinar* (1998), organizado por Elizete Silva Passos, Ivya Iracema Alves e Márcia Macêdo, publicação da Coleção Baianas, resultado dos trabalhos apresentados no III Simpósio de pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero – ocorrido em Salvador, em outubro de 1997. A coleção mencionada é organizada até hoje pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, grupo de pesquisa criado em 1983. Embora o grupo possua uma longa trajetória de publicações, elas se iniciaram em 1997, um ano antes da doação do número salvo-guardado na Biblioteca Nacional. Os demais números não se encontram nos registros da instituição, sediada no Rio de Janeiro.

Jacira Melo, em dossiê sobre publicações feministas brasileiras, debate o tratamento editorial e a comunicabilidade desse material e destaca

⁷ No catálogo on-line da Biblioteca Nacional consta o nome de Lucia Garcia da Fonseca como coautora, mas nenhuma publicação com essa especificidade foi encontrada.

haver uma grande quantidade de publicações que são resultado de eventos acadêmicos, oficinas e projetos de pesquisa. Para a autora, mais do que esforços na visibilização das ações empreendidas pelos grupos de pesquisa e das atividades acadêmicas, essas publicações devem ser analisadas como “ação política direta, de disseminação de ideias, propostas, questões e conceitos” (Melo, 2003, p. 298-301).

O perfil de grande parte das publicações que circularam nacionalmente sobre mulheres é constituído por autoras ligadas ao campo acadêmico dos estudos de gênero e feminismos, segundo os dados do depósito legal. As disparidades quantitativas entre as distintas regiões do país podem estar associadas à falta de conhecimento sobre as normativas apenas em certa medida, pois é possível identificar que os materiais foram enviados de forma parcial para a biblioteca por certos grupos. Em uma outra perspectiva, os altos custos de envio podem ter representado um entrave, que as editoras da região Sudeste não enfrentaram.

Outra característica em relação a essas publicações está associada aos recortes e à territorialidade. Há uma série de trabalhos que se propõem a discutir o Brasil, mas estes não estão localizados em estados fora de São Paulo e do Rio de Janeiro. Ou seja, são esses dois estados que comportam discussões de âmbito nacional como *Mulher, sociedade e Estado no Brasil* (1982), de Carmen Barroso; *Ideologia e feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil* (1980), de Branca Moreira Alves; e *Masculino/feminino, tensão insolúvel: sociedade brasileira e organização de subjetividade* (1996), de Maria Isabel Mendes de Almeida. Fora dos dois polos editoriais, apenas a cidade de Curitiba possui uma publicação que se autointitula um estudo do país: *As ideias feministas no Brasil (1918-1932)* (1986), de Sonia Cristina da Fonseca Machado. Entretanto, embora seja uma editora de outra localidade, possui uma característica que perpassa as demais publicações do Sudeste, estabelecendo que falar do Brasil seria falar das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

São diversas as formas como esse movimento narrativo ocorre. Em certos trabalhos, outras cidades e estados são mencionados de forma ilustrativa e o fio condutor da análise está situado na territorialidade Sudeste. Em outros, há maior paridade no debate, mas Rio e São Paulo fazem parte da discussão. Temos ainda os casos em que os trabalhos se autointitulam referentes ao “Brasil”, mas só tratam de eventos ocorridos em São Paulo e Rio de Janeiro, como é o caso do livro *O que é feminismo?* (1981), de Branca Moreira Alves. Nesse cenário, eventos ocorridos no Nordeste ou Norte não são tomados como o “todo nacional” nos estudos desse campo.

De forma avaliativa, o depósito legal, no que se refere ao recorte temático, apresenta uma série de autoras importantes para o campo dos estudos feministas e de gênero. Entretanto, não pode ser considerado o único instrumento para identificação dos materiais que circularam no Brasil durante distintas décadas. Livros como *Mulher na sociedade de classe*, de Heleieth Saffioti, com primeira edição em 1976, não se encontram no catálogo. A primeira tradução dentro da temática, registrada pela Biblioteca Nacional, é o livro sobre feminismo e arte de Herbert Marder, datado de 1975. Entretanto, o livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, originalmente publicado em 1949, possui algumas edições em português sem data, que, aparentemente, são anteriores a 1970.

Mesmo reconhecendo os limites dessa opção metodológica, ainda é possível fazer uma série de reflexões que podem ampliar o debate. Se o depósito legal é parcial e no futuro será mais difícil a coleta das publicações que não foram salvaguardadas, esse acervo poderá ser o parâmetro da nossa memória bibliográfica, do que materialmente conseguimos mensurar sobre a comercialização de livros no país. Nesse sentido, como memória futura que pode vir a ser, ele nos mostra um perfil de autoria majoritariamente branca e uma autoridade discursiva para falar do que é Brasil pertencente a certos sujeitos. Dadas as devidas proporções, temos nosso Norte global, que baliza as produções de conhecimento e possui uma circulação diferenciada situada no Sudeste do país.

Referências

- BAZÁN, Claudia B. *Visibility of international recommendations for legal deposit of publications in national legislations*. Netherlands: International Federation of Library Associations and Institutions, 2004. Disponível em: http://archive.ifa.org/VII/s1/pub/legal_deposit_2004-e.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.
- COSTA, Claudia de Lima. As publicações feministas e a política transnacional da tradução: reflexões do campo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 254-264, 2003.
- _____. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 43-48, 2000.
- _____. O tráfico do gênero. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 134-135, 1998.
- GRINGS, Luciana. O que você sempre quis saber sobre o depósito legal, mas ninguém te contou. *Biblioo Cultura Informacional*, Rio de Janeiro, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://biblioo.cartacapital.com.br/tudo-sobre-deposito-legal/>. Acesso em: 20 nov. 2019.
- _____; PACHECO, Stela. A Biblioteca Nacional e o controle bibliográfico nacional: situação atual e perspectivas futuras. *InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, jul./dez. 2010.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Edusp, 2005.
- HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. *Estudos*

- de gênero no Brasil. In: MICELE, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Editora Sumaré, 1999. Disponível em: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf. Acesso em: 13 mar. 2008.
- LARIVIÈRE, Jules. *Legislación sobre depósito legal: directrices*. Paris: Unesco, 2000. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000121413_spa. Acesso em: 13 de maio de 2011.
- LELLIS, Vera Lúcia Maia. Controle da produção editorial brasileira. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 2, n. 17, jul./dez. 1989.
- MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, 2003.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Histórias da Editora Mulheres. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, p. 103-105, 2004.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2018.
- REIMÃO, Sandra. *Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2011.
- RICHARD, Nelly. Experiência e representação: o feminino, o latino-americano. In: _____. *Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. Introdução – Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. de S. (org.). *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-121.
- SORJ, Bila. Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisa no país. In: COSTA, Albertina de O.; MARTINS, Ângela M.; FRANCO, Maria Laura P. B. (org.). *Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.
- URIBE, Richard; STEENKIST, Robert Max. *El depósito legal en los países de Latinoamérica en 2005: su vigencia y normatividad, estadísticas comparativas*. Bogotá: Cerlalc, 2005.
- ZUCCO, Maise Caroline. *Viagens e permanências dos feminismos: o trânsito dos saberes no eixo sul do conhecimento (Brasil e Argentina, 1960-1999)*. 2014. 400 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

Recebido em 30/9/2019
Aprovado em 3/2/2020